

Coleta seletiva com inclusão social dos catadores e viabilidade econômica

Fernanda Tadei Oliveira¹

Izabel Sampaio Pereira²

Artigo recebido em 24/11/2014 e aprovado em 10/12/2014.

SUMÁRIO: 1 Introdução • 2 Dados e políticas públicas sobre catadores e coletas • 3 Proposta de política pública • 4 Conclusão • 5 Referências

RESUMO: Este estudo tem como objetivo compreender e analisar a realidade da gestão de resíduos recicláveis no território nacional e, em especial, na cidade de São Paulo. Propor possíveis medidas que possam repercutir positivamente no processo de planejamento e execução de políticas públicas voltadas para atender as demandas sociais e destacar a importância do papel desempenhado pelos catadores informais de materiais recicláveis. Por meio de pesquisas bibliográficas e estudos de campo, procuramos delinear como o serviço fundamental de coleta e manipulação do lixo reciclável é oferecida nos grandes centros urbanos. Dessa forma, sugerimos a criação de uma política pública de coleta seletiva com elevada cobertura, inclusão social dos catadores e viabilidade econômica. Sabemos que muitas ações já estão sendo executadas, mas tais políticas necessitam de perenidade, precisam ser construídas e implementadas de acordo com a realidade que vivemos.

Palavras-chave: Políticas Públicas • Demandas Sociais • Catadores • Resíduos Recicláveis • Lixo

¹ Universidade de São Paulo

² Universidade de São Paulo

Selective waste collection with social inclusion of collectors and economic feasibility

CONTENTS: 1 *Introduction* • 2 *Data and public policies about collectors and collections* • 3 *Public policy proposal* • 4 *Conclusion* • 5 *References*.

ABSTRACT: This study aims to understand and analyze the reality of recyclable waste management in the country and in particular in the city of São Paulo. We propose possible measures that could have a positive impact in the process of planning and implementation of public policies to meet the social demands and to highlight the important role played by informal collectors of recyclable materials. Through bibliographical research and field studies, we sought to outline how the fundamental service of collection and handling of recyclable waste is offered in large urban centers. Therefore, we suggest the creation of a public policy of selective waste collection with high coverage, social inclusion of waste collectors and economic viability. We know that many actions are already being implemented, but such policies need stability, they need to be built and implemented in accordance with the reality we live in.

Key words: Public Policy • Social demands • Collectors • Recyclable waste • Waste

Colecta selectiva con inclusión social de los colectores y viabilidad económica

CONTENIDO: 1 *Introducción* • 2 *Datos y políticas públicas a respecto de los colectores* • 3 *Propuesta de política pública* • 4 *Consideraciones finales* • 5 *Referencias*.

RESUMEN: Este estudio tiene como objetivo conocer y analizar la realidad de la gestión de residuos reciclables en el país y en particular en la ciudad de São Paulo. Se propone posibles medidas que podrían tener un impacto positivo en el proceso de planificación e implementación de las políticas públicas para contestar a las demandas sociales y poner de relieve el importante papel que desempeñan los recolectores informales de materiales reciclables. A través de estudios de investigación y de campo bibliográficas, hemos tratado de delinear como el servicio fundamental de la recogida y tratamiento de residuos reciclables se ofrece en los grandes centros urbanos. Por lo tanto, se sugiere la creación de una política pública de recogida selectiva con alta cobertura, la inclusión social de los recicladores y la viabilidad económica. Sabemos que ya se están llevando a cabo muchas acciones, pero esas políticas necesitan continuidad, necesitan ser construidas y puestas en práctica de acuerdo con la realidad que vivimos.

PALABRAS CLAVE: Políticas públicas • Demandas sociales • Colectores • Residuos reciclables • Residuos

1 Introdução

O Brasil é um dos líderes no ranking da desigualdade quando o assunto envolve distribuição de renda. Para tanto é necessário que o governo tenha que interferir diretamente por meio de políticas públicas a fim de promover a inclusão social e a criação de capital para os grupos e comunidades mais pobres. Nesse contexto podemos incluir os catadores de materiais recicláveis e a proposta de apoio às cooperativas como ferramenta indispensável no combate à desigualdade e na promoção da inclusão social. Na base do sistema de coleta seletiva no Brasil estão os catadores de materiais recicláveis. Eles são a base mais frágil de uma cadeia cujo fim normalmente se destina a uma reciclagem industrial, onde seus componentes são os catadores, sucateiros de pequeno porte, sucateiros de grande porte e industriais (CALDERONI, 1999). Os catadores estão no patamar de mais vulnerabilidade devido a suas condições socioeconômicas, na maioria dos casos exercem suas funções de modo informal, sem apoio das políticas públicas de inclusão social e melhoria de condições trabalhistas, desamparados também em relação aos órgãos públicos responsáveis pela gestão dos resíduos sólidos (CONCEIÇÃO, 2003).

Instituições como o IBGE e IPEA desenvolveram, respectivamente, trabalhos como a “ pesquisa nacional de saneamento básico” e “ Caderno de diagnóstico – Catadores” que nos ajudaram a desenhar o cenário das condições de vida da maioria dos catadores informais de materiais recicláveis.

Em 2000 o IBGE desenvolveu a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico que dá conta de que se coleta no Brasil diariamente cerca de 125.281 mil toneladas de resíduos dos domicílios e cerca de 228.413 mil toneladas no total, como mostra a tabela (1).

Tabela 1. Quantidade diária de lixo coletado

Vazadouro a céu aberto (lixão)	48. 321,7
Vazadouro em áreas alagadas	232,6
Aterro controlado	84. 575,5
Aterro sanitário	82. 640,3
Estação de compostagem	6. 549,7
Estação de triagem	2. 265,0
Incineração	1. 031,8
Locais não-fixos	1. 230,2
Outra	1. 566,2
Total	228. 413,0

Fonte: IBGE (2000).

Atualmente calcula-se que 1 em cada 1000 brasileiros é catador. Sendo que 3 em cada 10 catadores gostariam de continuar suas atividades na linha de reciclagem mesmo que tivessem outra escolha.

Os catadores compõem a base da cadeia produtiva da reciclagem, visto que estima-se que 90% do material reciclado no Brasil seja recuperado graças à esses trabalhadores que tiram do lixo o seu sustento. Dessa forma, a companhia de limpeza urbana deixa de pagar inúmeros quilos que seriam coletados e dispostos em aterros ou lixão. É um serviço aos municípios urbanos já que os materiais coletados evitarão o consumo de matéria prima virgem e contribuirão para economizar com a coleta e a disposição final, segundo o Relatório de Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável:

Um dos principais instrumentos a serem levados em conta para o fortalecimento da reciclagem é a instalação, nos municípios brasileiros, de programas de coleta seletiva, envolvendo as etapas de coleta, transporte, tratamento e triagem do lixo gerado por famílias e empresas. Tais programas, além de possibilitarem uma maior eficiência para a reciclagem de materiais diversos, também reduzem os impactos ambientais causados pela disposição inadequada de resíduos sólidos, uma vez que permitem a redução do volume a ser descartado e seu redirecionamento para uma destinação mais adequada (IPEA, 2013, p.14).

Embora catadores sejam os atores na gestão dos resíduos e na cadeia produtiva da reciclagem e necessitem de políticas públicas, eles sofrem preconceito por parte da sociedade. No Brasil o estilo do apoio aos servidores é de amparo e de tutela simbólica.

Entidades como MNCR – Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis, e o Cooper Viver Bem, se fizeram presentes em nossos estudos, esclarecendo informações e dando um norte a nossa construção conceitual sobre a gestão de resíduos atual das grandes cidades brasileiras. Um dos pontos fortes de nossa pesquisa foi o contato com os líderes dessas entidades, pois nos ajudaram a compreender as dificuldades de se regulamentar a atividade dos catadores informais de materiais recicláveis.

O MNCR calcula que há mais de 800 mil catadores no Brasil. Sendo que, atualmente, mais de 100 mil formam a base do movimento. Há ainda outras estimativas que citam 500 mil catadores (CÁRITAS, 2011; INSTITUTO PÓLIS, 2008 *apud* BESEN, 2008) e entre 300 mil a 1 milhão (CEMPRE, 2011).

Os benefícios sociais, assim como a geração de emprego e de renda a uma parcela da população que antes estava esquecida, são os principais motivos que justificam uma política pública favorável aos catadores, já que, possivelmente 800 mil catadores poderiam ser beneficiados, conforme afirma o material elaborado pelo IPEA - Caderno de Diagnóstico - Catadores 2011 (FREITAS, 2013).

A criação de uma proposta de política pública para o presente artigo se deu por meio de pesquisas bibliográficas e entrevistas com os trabalhadores que são o público-alvo de nossas propostas. Esperamos, assim, atender as necessidades dessa grande parcela da população e dar continuidade à inserção dos catadores de materiais recicláveis na sociedade. Além disso, sugerimos um modelo de regulamentação do trabalho de reciclagem que seja viável logística e financeiramente.

2 Dados e Políticas Públicas sobre Catadores e Coletas

O material desenvolvido pelo IPEA, o "Caderno de Diagnósticos - Catadores", nos dá uma noção do contingente de catadores e, segundo o mesmo esses dados foram informados aos institutos pelas prefeituras, mas é necessária atenção para analisá-los, visto que, devemos levar em consideração o nível de informalidade que prejudica o conhecimento pleno pelos órgãos da administração pública. Há ainda estatísticas que nos revelam que, nos graus mais elevados da fragilidade social, a catação apresenta-se condicional, ou seja, varia conforme o preço dos recicláveis e a oferta de resíduos e, ainda, tem uma presença maior de crianças e adolescentes nos períodos de férias escolares (IPEA, 2011).

Tabela 2. Número de catadores nas regiões urbanas

Grandes regiões e unidades da federação	Total	Com até 14 anos de idade	% do Total	Com mais de 14 anos	% do Total
Brasil	70.449	5.636	8%	64.813	92%
Norte	2.302	500	1%	1.802	3%
Rondônia	342	126	0%	216	0%
Acre	9	6	0%	3	0%
Amazonas	287	91	0%	196	0%
Roraima	34	-	0%	34	0%
Pará	1.075	197	0%	878	1%
Amapá	138	30	0%	108	0%
Tocantins	417	50	0%	367	1%
Nordeste	13.897	1.553	2%	12.344	18%
Maranhão	694	39	0%	655	1%
Piauí	148	20	0%	128	0%
Ceará	1.189	93	0%	1.096	2%
Rio Grande do Norte	689	24	0%	665	1%
Paraíba	1.314	70	0%	1.244	2%
Pernambuco	6.801	1.012	1%	5.789	8%
Alagoas	430	44	0%	386	1%
Sergipe	611	36	0%	575	1%
Bahia	2.021	215	0%	1.806	3%
Sudeste	28.611	1.893	3%	26.718	38%
Minas Gerais	4.856	477	1%	4379	6%
Espírito Santo	1.226	24	0%	1202	2%
Rio de Janeiro	9.48	1150	2%	8330	12%
São Paulo	13.049	242	0%	12807	18%
Sul	18.149	1.309	2%	16.84	24%
Paraná	8811	509	1%	8.302	12%
Santa Catarina	3700	466	1%	3.234	5%
Rio Grande do Sul	5638	334	0%	5.304	8%
Centro-Oeste	7.490	381	1%	7.109	10%
Mato Grosso do Sul	1.993	126	0%	1.867	3%
Mato Grosso	894	47	0%	847	1%
Goiás	4.603	208	0%	4.395	6%
Distrito Federal	-	-	0%	-	0%

Fonte: Lúcio Freitas (2011)

Vale lembrar que esses dados tratam-se de uma aproximação da população de organizações coletivas de catadores e sua distribuição no território nacional. Esses empreendimentos sofrem com a alta mortalidade e o grau de informalidade que dificultam o levantamento das organizações que estão em atuação.

Portanto, essas informações servem como indicativos, uma vez que não se pode dividir a população observada em tamanho, grau de eficiência ou qualquer outra variável. Seja porque a instituição trocou de nome, ou os grupos informais se tornaram cooperativas ou, ainda, porque abandonaram as atividades no primeiro ano, de modo que não foi possível separar os dados.

Em contrapartida, dados do IBGE identificaram cerca de 30 mil catadores ligados a cooperativas ou associações. A Rota da Reciclagem apresenta um recorte de 14.519 catadores em 435 organizações, uma média de 33 trabalhadores por organização, mas ainda assim é preciso lidar com atenção com esses dados.

Os grupos em organização possuem pouca ou nenhuma infraestrutura e necessidade de apoio. Já os catadores organizados autogestionários são os grupos que funcionam como cooperativas, de modo que as vendas e os resultados são de domínio de todos. As Redes de cooperativas autogestionárias defendem a ideia de fortalecer os grupos buscando atender as imposições do mercado da reciclagem com base na quantidade, qualidade e frequência.

Há ainda os grupos não autogestionários, chamados cooperatos que funciona como uma empresa privada, mas sem os benefícios sociais da mesma. As cooperativas de sucateiros são compostas por sucateiros que estabelecem relações altamente exploratórias com os catadores, elas se regularizam legalmente com vistas aos benefícios das políticas públicas, mas continuam funcionando como empresas privadas levantando a fachada do cooperativismo.

As cooperativas de apoiadores são grupos de indivíduos que indevidamente se auto-declaram catadores para exercer, exclusivamente, o perfil de liderança. A exploração das atividades dos catadores, infelizmente, ainda é muito comum e, portanto, é urgente que o apoio a esses trabalhadores seja um compromisso que tenha em vista a construção de um processo emancipatório. Levando em consideração ainda a lei Aprovada em 2010 pelo Congresso Nacional, sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/10) exige que as cidades brasileiras acabem com seus lixões até agosto de 2014. Dessa forma, entra em risco a situação de milhares de catadores que perderão sua fonte de renda.

A tabela a seguir revela que 27% dos municípios brasileiros contam com a presença de catadores em suas unidades de destinação final dos resíduos, mas não há estimativas em relação ao número preciso de catadores que atuam nesses locais ou em lixões.

Tabela 3. Municípios com manejo de resíduos.

Grandes regiões e unidades da federação	Total	Situação da entidade pública em relação à atuação de catadores nas unidades de disposição de resíduos no solo			
		Tem conhecimento	%	Não tem conhecimento	%
Brasil	5.562	1.488	27%	4.074	73%
Norte	449	120	2%	329	6%
Rondônia	52	17	0%	35	1%
Acre	22	7	0%	15	0%
Amazonas	62	11	0%	51	1%
Roraima	15	2	0%	13	0%
Pará	143	59	1%	84	2%
Amapá	16	8	0%	8	0%
Tocantis	139	16	0%	123	2%
Nordeste	1.792	772	14%	1.02	18%
Maranhão	216	25	0%	191	3%
Piauí	223	26	0%	197	4%
Ceará	184	110	2%	74	1%
Rio Grande do Norte	167	79	1%	88	2%
Paraíba	223	129	2%	94	2%
Pernambuco	185	124	2%	61	1%
Alagoas	102	65	1%	37	1%
Sergipe	75	36	1%	29	1%
Bahia	417	178	3%	239	4%
Sudeste	1.668	249	4%	1.418	25%
Minas Gerais	853	124	2%	729	13%
Espírito Santo	78	16	0%	62	1%
Rio de Janeiro	91	26	0%	65	1%
São Paulo	645	83	1%	562	10%
Sul	1.188	131	2%	1.057	19%
Paraná	399	96	2%	303	5%
Santa Catarina	293	4	0%	289	5%
Rio Grande do Sul	496	31	1%	465	8%
Centro-Oeste	466	216	4%	250	4%
Mato Grosso do Sul	78	45	1%	33	1%
Mato Grosso	141	40	1%	101	2%
Goiás	246	130	2%	116	2%

Distrito Federal	1	1	0%	-	-
------------------	---	---	----	---	---

Fonte: Lúcio Freitas (2011)

Embora catadores sejam os atores na gestão dos resíduos e na cadeia produtiva da reciclagem e necessitem de políticas públicas, eles sofrem preconceito por parte da sociedade.

Em contrapartida, temos como exemplo de formalização de políticas públicas a constituição do Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de Materiais Recicláveis, o decreto nº 5.940/06, a Lei nº 11.445/07 que visa contribuir com a inclusão social e econômica dos catadores.

O Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de Materiais Recicláveis foi criado por decreto federal em 11/09/2003 e é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Ministério das Cidades. Sendo formado por órgãos do governo federal, parceiros Fome Zero e participações de ONGs e entidades do setor de reciclagem.

O Decreto Federal nº 5.940/06 instituiu, a partir de 25 de outubro de 2006, a separação dos resíduos recicláveis produzidos pelos órgãos e entidades que compõem a administração pública no âmbito federal direta e indiretamente, determinando que os resíduos fossem destinados para associações e cooperativas de catadores.

Para direcionar a efetividade da implementação daquilo que foi estabelecido no Decreto nº 5.940/06 foram criadas as Comissões da Coleta Seletiva Solidária que apresentam semestralmente ao Comitê Interministerial uma avaliação de como se deu o processo de separação dos resíduos recicláveis produzidos pelas unidades da administração federal. A Secretaria Executiva acompanha esse processo e apoia os órgãos públicos federais.

A Secretaria Executiva pertence ao Comitê Interministerial e é composta por servidores do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Ministério das Cidades e conta ainda com o apoio da Caixa Econômica Federal. Seu objetivo é agilizar ações junto com o governo federal que garantam a efetividade na inclusão dos catadores.

Por intermédio do Comitê Interministerial, o governo federal faz sua parte identificando as demandas e por meio delas desenvolve e articula ações que promovem a inclusão social e econômica dos trabalhadores.

O Plano Brasil Sem Miséria também tem ações voltadas para os catadores de materiais recicláveis que envolvem o Ministério do Desenvolvimento Social e fortalecem a participação do catador na coleta e nas cadeias de reciclagem. Eles desenvolvem ações juntamente com o Ministério do Meio Ambiente e a Secretaria Geral da Presidência.

O Centro Internacional de Hidroinformática (CHI) que tem como um de seus objetivos promover o progresso nas esferas municipais, estaduais e federal possui o Sistema de Cadastro Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis. Essa plataforma permite o cadastramento de catadores com a ajuda do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis - MNCR - com a finalidade de obter dados das bases de coleta, dos catadores e dos carrinhos utilizados.

Por meio da Agência Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis essa plataforma também serve como uma ferramenta para identificar a localização geográfica das bases, facilitando o processo de coleta para o MNCR. Além disso, o BNDS - Banco Nacional do Desenvolvimento - oferece apoio financeiro a programas como o Apoio a Projetos de Catadores de Materiais Recicláveis com o objetivo de atender as necessidades das cooperativas fornecendo crédito.

O BNDS, em conjunto com o Comitê Interministerial, também contribui com a implementação de políticas de desenvolvimento regional e social que são destinadas à população de baixa renda que tem suas atividades voltadas para a catação nas áreas urbanas.

Já o estado de São Paulo conta com o Cadastro de Entidades de Catadores de Materiais Recicláveis do Estado de São Paulo. Seu objetivo é apoiar as atividades de reciclagem, coleta seletiva e a melhoria na destinação final de resíduos sólidos. Além disso, visa conhecer melhor as instituições e oferecer apoio, que pode incluir desde capacitação até financiamento de equipamentos e suporte à formalização e constituição jurídica das entidades. Até mesmo organizações, cooperativas, associações ou grupos não formalizados que contribuem com a reciclagem podem fazer o cadastro.

2.1 Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis

O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis - MNCR é um movimento social que busca a valorização da oficialização da categoria de catadores. Há 12 anos buscam obter o reconhecimento da importância do seu trabalho. Devido a esse histórico de lutas e mobilizações do movimento, entramos em contato, por

telefone, com a secretaria nacional do MNCR a fim de conhecer quais as sugestões e críticas que eles têm a apresentar quando se trata de política pública de coleta seletiva e catadores de materiais recicláveis.

O representante que nos atendeu nos recomendou o site oficial do MNCR onde estão dispostas as diretrizes e princípios do movimento assim como suas propostas de políticas públicas e reivindicações trabalhistas. Dentre as propostas regidas no 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis realizado em Brasília nos dias 4, 5 e 6 de junho de 2001 que serviu de base fundamental para o envio das propostas do MNCR para o Congresso Nacional brasileiro em 2011, destacam-se:

- Inclusão dos catadores no Plano Nacional de Qualificação Profissional.
- Definição e implantação, em nível nacional, de uma política de coleta seletiva que priorize o modelo de gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos colocando os mesmos sob a gestão dos empreendimentos dos catadores de materiais recicláveis.
- Priorização da erradicação dos lixões em todo país
- Promoção de políticas públicas de incentivo às associações e cooperativas de produção e serviços para e com moradores de ruas, entre outras.

O diálogo com esse Movimento estava incluso na nossa proposta de discutir políticas públicas de coleta seletiva com os atores diretamente envolvidos, a fim de adquirirmos uma visão mais ampla dos problemas e das soluções.

3 Proposta de Política Pública

A prefeitura pode disponibilizar locais públicos para a organização dos trabalhadores. Estes locais funcionariam 24 horas, separados por região, onde funcionaria como um espaço para estacionamento e manutenção das carroças, com banheiros e cozinha. Nesse mesmo local seriam disponibilizados cursos profissionalizantes, oficinas para melhoria das carroças (por exemplo, quais são os melhores materiais e métodos para se montar uma carroça) e um kit de trabalho (luvas, capas de chuva, boné, etc.). O uso deste espaço e o acesso ao kit de trabalho se dariam através de um cadastro (no local, ou em órgãos municipais responsáveis espalhados pela cidade) onde os trabalhadores pagariam uma taxa mensal (de custo relativamente baixo e valor fixo).

Levando em consideração que o trabalho autônomo tem renda variável e que, segundo o relato dos catadores entrevistados, a falta de vínculo empregatício é vantajosa devido a questão salarial de não haver um teto máximo a ser recebido, consideramos que registrá-los como trabalhadores formais não atenderia suas expectativas. Porém, essa falta de estabilidade acarreta riscos como a falta de segurança no caso de acidentes pessoais e aposentaria futura. Pensando nisso propomos que haja um plano municipal de incentivo para o pagamento de seguro pessoal e aposentaria. As instruções e cadastro para tais programas poderia se dar no espaço exclusivo para catadores, já mencionado.

Para subsidiar essa estrutura, propomos a criação de uma *Taxa de Coleta Seletiva* que seria cobrada de forma progressiva (de acordo com renda ou localização da moradia). Com essa taxa, almejamos alertar a sociedade sobre a importância da separação do lixo, responsabilizá-la pelo subsídio de um trabalho benéfico para o meio ambiente e para a população em geral, reduzir ao máximo a contribuição direta (pagamento mensal) dos catadores e, ao mesmo tempo, não exigir extremos das finanças públicas do município.

Propomos também, para o desenvolvimento logístico desse processo, a criação de depósitos da prefeitura para recolhimento (pesagem e compra dos materiais) com horários estendidos, que funcionem aos finais de semanas e com o serviço de transporte, caminhões que levem os materiais recicláveis dos depósitos para as cooperativas.

Em locais de paisagens muito íngremes, onde é inviável que haja catadores, deve haver o oferecimento de coleta de materiais recicláveis por meio de caminhões vinculados a prefeitura. Nesses locais em especial devem existir postos de depósito de materiais recicláveis (a cada quarteirão, por exemplo) para que a população possa deixar o lixo separado e o caminhão apenas os recolha sem a necessidade da separação. Essa política seria ideal para a toda cidade, tanto para a educação ambiental da população quanto para poupar os atuais catadores do trabalho de risco a que se expõem. Porém, essa - que já pode ser chamada - categoria vem crescendo e na maioria dos casos é o único trabalho a que essas pessoas estão capacitadas (devido, muitas vezes, a falta de estudos e condições socioeconômicas).

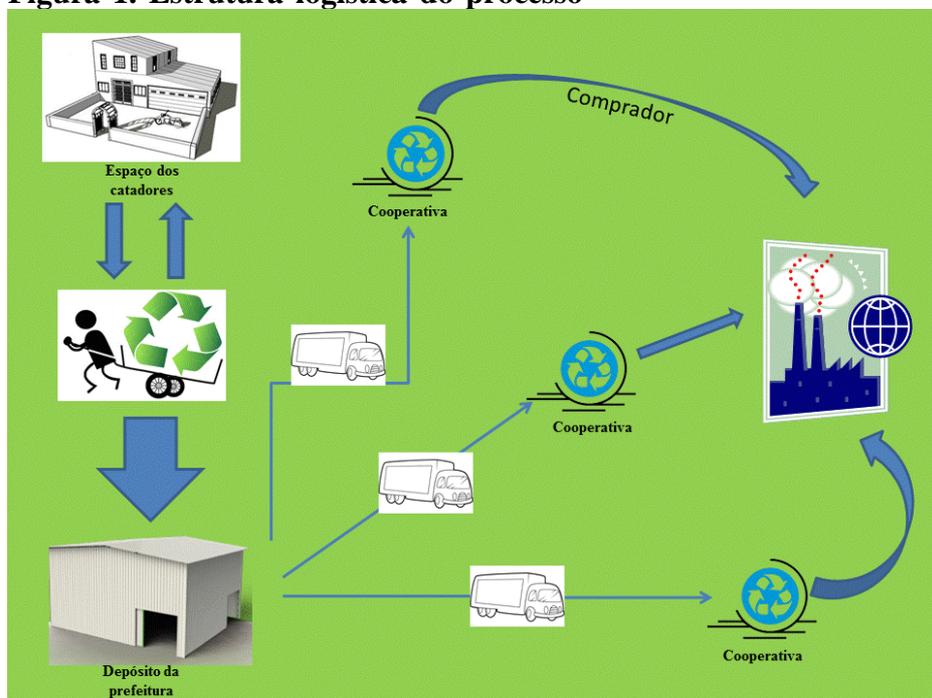
Acreditamos que as criações de políticas públicas, como as sugeridas nesse trabalho, dão margem para a ascensão social e econômica desses trabalhadores, por dar-lhes condições mais dignas de trabalho e reconhecimento da sua função social. Com a ascensão econômica é esperado que a qualidade de vida aumente gerando uma ascensão social, principalmente dos filhos destes catadores que terão oportunidades diferentes das

que seus pais tiveram. O ideal é que nenhum trabalhador tenha que se sujeitar a ser recriminado pelo olhar de uma sociedade mal informada, dividir, de forma perigosa, o espaço com veículos automotivos e ter, se assim desejar, a possibilidade de trabalhar onde e como quiser.

Em longo prazo, o ideal é que a separação de material reciclável seja comum nos lares brasileiros e haja um serviço estatal de recolhimento desse material, compilando qualidade de vida urbana, proteção ao meio ambiente e economia dos gastos públicos.

Abaixo segue um modelo gráfico de como se organiza nossa proposta de estruturação da logística de da coleta para a inclusão dos catadores de materiais recicláveis na cidade de São Paulo.

Figura 1. Estrutura logística do processo



Fonte:

Elaboração própria

3.1 Matriz de Avaliação

Procuramos aqui esboçar um possível sistema de indicadores simples para avaliar um futuro projeto que atue na gestão de coleta de materiais recicláveis que tenha o objetivo de formalizar os catadores de materiais recicláveis. O projeto poderia contemplar outras iniciativas além das propostas feitas acima. Para avaliar esse projeto de acordo com o que idealizamos por ser a qualidade de uma política pública dessa área elaboramos os indicadores descritos na tabela (2).

Tabela 4. Matriz de Avaliação

Dimensões	Indicadores	Meios de Verificação	Período de Verificação
MEDIR EFICÁCIA	Cobertura de Materiais Recicláveis Coletados	Coletado/Meta mensal de coleta	Mensal
MEDIR EFICIÊNCIA	Cobertura dos Gastos	Custo mensal com equipe de coleta/Quantidade mensal de material reciclável	Mensal
MEDIR EFETIVIDADE	Qualidade de Vida dos Catadores Formais Cadastrados	Questionário qualitativo aos catadores formalizados	Semestral
	Qualidade dos Serviços de Reciclagem	Demanda de coleta/ Oferta de serviço de coleta	Semestral

Fonte: Elaboração própria

As dimensões pensadas para a avaliação foram a eficácia, eficiência e efetividade do projeto. Sendo a efetividade vista de dois aspectos de qualidade. Um se remetendo a melhoria de condições de trabalho dos catadores cadastrados e outra na qualidade do serviço ofertado pelo Estado para a sociedade.

4 Conclusão

Os catadores informais executam um dos principais serviços à sociedade, muitos deles têm compreensão disso, mas mesmo assim continuam sendo vistos como um fragmento marginalizado. Tal cultura influencia fortemente na autoestima desses trabalhadores, sendo essa uma realidade que precisa ser repensada e melhorada. Afinal, se temos a força de trabalho e recursos, basta procurarmos por uma medida plausível que atenda os conceitos de eficiência e efetividade na gestão dessa problemática.

Ao longo deste estudo verificamos que algumas ações tanto estatais como não governamentais já foram executadas, mas tais políticas precisam ser construídas e implementadas de acordo com a realidade que vivemos. Isso requer maior envolvimento dos gestores públicos com o meio em que procuramos intervir. É necessário compreender que os recursos humanos já existem para a coleta de recicláveis, mas convém valorizar o trabalho dos agentes operacionais e ofertar melhores condições para os que executam tal atividade. Viabilizando a qualidade de vida, o bem estar, a

segurança, condições salubres e a estabilidade que um trabalho digno merece. Buscando, assim, a real efetividade das políticas de reciclagem.

5 Referências

BRASIL. *Banco Nacional do Desenvolvimento*. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/Fundo_Social/catadores.html>. Acesso em 10/12/2013.

BRASIL. *Catadores de Materiais Recicláveis*. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/superacao-da-extrema-pobreza%20/inclusao-productiva-urbana/catadores-de-material-reciclavel>>. Acesso em 10/12/2013.

BRASIL. Secretaria Geral da Presidência da República. *Coleta seletiva com a inclusão dos catadores de materiais recicláveis*. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.secretariageral.gov.br/cataforte/documentos-e-publicacoes/cartilha-Catadores>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

BRASIL. *Sistema Ambiental Paulista*. Cadastro de Entidades de Catadores de Materiais Recicláveis dos Estado de São Paulo. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/cadec/>. Acesso em: 10 dez. 2013.

BRASIL. *Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável*. Brasília: IPEA, 2013.

CALDERONI, S. *Os bilhões perdidos no lixo*. 3 ed. São Paulo: Humanistas, 1999

CENTRO INTERNACIONAL DE HIDRO-INFORMÁTICA. *Cadastro Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis*. Paraná. Disponível em: <<http://www.hidroinformatica.org/portalcih/index.php/br/acoes-do-cih/desenvolvimento/agua-e-tecnologia/14-portuguesbr/acoes-do-cih/desenvolvimento/52-cadastro-nacional-de-catadores-de-materiais-reciclaveis>>. Acesso: 10 dez. 2013.

COLETA SOLIDARIA. *Coleta Seletiva Solidária*. Brasília. 2013. Disponível em: <<http://www.coletasolidaria.gov.br/menu/apresentacao>>. Acesso em 10 dez. 2013.

CONCEIÇÃO, Márcio Magera. *Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade*. Campinas, SP: Átomo, 2003.

FREITAS, Lúcio Flávio da Silva; FONSECA, Igor Ferraz da. *Caderno de Diagnóstico: Catadores*. Brasil. Agosto de 2011. Disponível em:

<http://www.cnrh.gov.br/projetos/pnrs/documentos/cadernos/04_CADDIAG_Catadores.pdf> Acesso em 10/12/2013.

INSTITUTO PÓLIS. *Coleta Seletiva com inclusão social: Fórum Lixo e Cidadania na Cidade de São Paulo*. São Paulo: Instituto Pólis, 2007. Publicação Pólis, 49. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/uploads/1008/1008.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

MNCR. Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. Página principal. Disponível em: <<http://www.mncr.org.br/>> Acesso em: 10 dez. 2013.

OLIVEIRA, Luciana Maria Moreira Souto. OLIVEIRA, Rômulo Carvalho de. *Política Nacional de Resíduos Sólidos e a Inclusão Social dos Catadores de Materiais Recicláveis*. VIII Convibra Administração. Disponível em: <http://www.convibra.com.br/upload/paper/adm/adm_3133.pdf>. Acesso em 10 dez. 2013.

SÃO PAULO. *Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras*. Cooper Viva Bem. São Paulo. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/infraestrutura/organizacao/superintendencia_de_obras/index.php?p=46778>. Acesso em 10 dez. 2013.